


Descolonização de nós mesmos e possibilidades de construir caminhos metodológicos bricolados

Jonatha Daniel dos Santos
Rozane Alonso Alves

Jonatha Daniel dos Santos

Universidade Federal do Amazonas,
UFAM


E-mail: profjonathadaniel@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6277-8382>

Rozane Alonso Alves

Universidade Federal do Amazonas,
UFAM

E-mail: rozanealonso@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1401-5556>

Resumo

Este estudo, a partir de uma abordagem qualitativa, tem a intenção de esboçar possibilidades que podem auxiliar no campo teórico e, ao mesmo tempo, metodológico, para a construção de caminhos bricolados ao se fazer pesquisa com grupos sociais e culturais, que, de certa forma, divergem do nosso modelo ocidental de sociedade. Para tal, a presente discussão é constituída por meio do estudo bibliográfico e de nossas experiências. No intuito de atingirmos o objetivo e produzirmos indagações sobre o processo de pesquisa, apoiamos-nos nas contribuições pós-críticas do campo dos estudos culturais, em pressupostos das teorias pós-coloniais, em autores do Grupo Modernidade/Colonialidade. As percepções iniciais indicam que o ato de pesquisar com grupos sociais secularmente subalternizados deve ser de respeito às diferenças, e por isso é imprescindível traçarmos caminhos descolonizados, buscando a descolonização de nós no percurso da pesquisa. Dessa maneira, trabalhar com teorias que descortinam os encobrimentos coloniais colabora para o ato de ressignificação da pesquisa e para uma postura epistemológica baseada na bricolagem que funciona como rasuras metodológicas que nos permitiram desviar de caminhos fixos, de olhares naturalizados, cristalizados sobre os sujeitos que pesquisamos e com quem pesquisamos. Logo, é imperativo que estejamos em processo contínuo de descolonização de nós mesmos.

Palavras-chave: Educação. Caminhos bricolados. Metodologia.

Recebido em: 15/02/2022

Aprovado em: 20/01/2023



Abstract**Decolonization of ourselves and possibilities of building bricolated methodological pathways**

This study, from a qualitative approach, aims to sketch possibilities that can help in the theoretical and, at the same time, methodological field, for the construction of bricolage paths when doing research with social and cultural groups, which, in a certain way, differ from our western model of society. For this purpose, the present discussion is constituted by means of a bibliographic study as well as our experiences. In order to reach the goal and produce questions about the research process, we seek support on post-critical contributions from the cultural studies field, on assumptions from post-colonial theories, and on authors from the Modernity/Coloniality Group. The initial perceptions indicate that the act of researching with secularly subalternized social groups should respect the differences, and for this reason it is essential to trace decolonized paths, seeking the decolonization of us in the course of the research. In this way, working with theories that uncover colonial cover-ups collaborates to the act of re-signifying the research and to an epistemological posture based on bricolage that works as methodological scrapings that allow us to deviate from fixed paths, from naturalized, crystallized looks about the subjects we research and with whom we research. Therefore, it is imperative that we are in a continuous process of decolonization of ourselves.

Keywords:

Education.
Bricolored paths.
Methodology.

Resumen**Descolonizándonos y la posibilidad de construir caminos metodológicos de bricolaje**

Este estudio, desde un enfoque cualitativo, pretende esbozar posibilidades que pueden ayudar en el campo teórico y, a la vez, metodológico, para la construcción de caminos de bricolaje al hacer investigaciones con grupos sociales y culturales, que en cierto modo, divergen. de nuestro modelo occidental de sociedad. Para ello, la presente discusión se constituye a través del estudio bibliográfico y también a través de nuestras experiencias. Para lograr el objetivo y generar interrogantes sobre el proceso de investigación, nos apoyamos en aportes poscríticos del campo de los Estudios Culturales, en supuestos de las teorías poscoloniales, en autores del Grupo Modernidad/Colonialidad. Las percepciones iniciales indican que el acto de investigar con grupos sociales secularmente subordinados debe ser un acto de respeto a las diferencias, por lo que es fundamental trazar caminos descolonizados, buscando la descolonización de nosotros mismos en el transcurso de la investigación. De esta manera, trabajar con teorías que develan encubrimientos coloniales, colaboran por el acto de resignificar la investigación y colaboran por una postura epistemológica basada en el bricolaje que funciona como borrados metodológicos que nos permitieron desviarnos de caminos fijos, de miradas naturalizadas, cristalizadas. sobre los sujetos que investigamos y con quienes investigamos. Por lo tanto, es imperativo que estemos en un proceso continuo de descolonización de nosotros mismos.

Palabras clave:

Educación.
Caminos de
bricolaje.
Metodología.

Introdução

Estar e pesquisar¹ com grupos sociais que diferem de nossos costumes cotidianos, dos modos de ser e viver, das religiosidades, entre outros aspectos que constituem a vida humana, deve ser levado em consideração quando assumimos a responsabilidade de produzir pesquisas acadêmicas. Além disso, é importante buscarmos constantemente a ruptura do sujeito colonial/moderno que ainda persiste em atravessar nossas subjetividades para não produzirmos pesquisas binárias e fixas.

Assim, entendemos que, para iniciarmos e produzirmos pesquisas que levem em conta os espaços plurais, é necessária a “descolonização de nós mesmos” (SANTOS; ALVES, 2017), colocando em xeque e ressignificando os modelos tradicionais de se fazer pesquisa e produzir dados. Esses modelos tradicionais podem ser entendidos como técnicas e objetos que se fazem neutros no contexto do pesquisar, criando um cenário de neutralidade do eu ‘pesquisador’ com o outro ‘colaborador’.

Refletir os métodos e os procedimentos metodológicos de produção de dados como práticas investigativas que devem contextualizar os sujeitos, suas relações, identidades, experiências, movimentos, culturas, negociações, articulações, entre outras questões, é uma problematização presente para, nós, pesquisadores(as). Além disso, permite-nos problematizar os deslizés², os escorregões nas escritas, nas leituras, nas pesquisas, nas análises, além de criar a possibilidade de vivermos nas fronteiras. Logo, um dos grandes desafios que atravessa a pesquisa é buscar os ‘entre-lugares’ (BHABHA, 2014), procurando desconstruir os falsos binarismos produzidos e promovidos pela lógica disciplinar.

É interessante entendermos que contextualizar não se restringe a descrevermos um contexto ou uma relação, mas de aproximarmos sujeitos, culturas e visibilizarmos as relações dos sujeitos com e sobre seu contexto. Para aqueles que pensam essas questões apenas como “[...] espaço e tempo absolutos e abstratos”, contextualizar torna-se sem sentido (CORAZZA, 2007, p. 65).

Pensando ainda sobre essa questão, os deslizés, a não concretude/fixidez dos dados produzidos, é possível indagarmos, por exemplo: quais sujeitos produzimos frente às representações que constituímos a partir das minhas (nossas) escolhas teórico-metodológicas? Que significados atribuímos aos sujeitos no que se refere às ‘posições-de-sujeitos’ em relação ao contexto que pesquisamos? Que atenção, qual olhar circulam em nossas percepções empíricas em relação aos sujeitos e ao espaço que (com que) pesquisamos? Como elas nos “[...] produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados nessas ‘posições de sujeitos’ frente ao pesquisar, à produção de dados?” (WOODWARD, 2012, p. 17).

¹ Nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH).

² Hall (2003) conceitua deslizar a partir do campo da linguagem, propondo que não há um significado nas/para as “coisas”, as “coisas” são contingenciais, movediças, é produzida a partir do tempo, do momento, do uso dos discursos como estratégia temporal.

O discurso científico moderno ao longo do tempo produziu representações de sujeitos e métodos alinhados com uma matriz de conhecimento específica, ou seja, se a modernidade é constituída por discursos que ora subalterniza e inferioriza grupos sociais, suas formas de se fazer pesquisa e de analisar os dados de certa forma se formaliza seguindo esse lócus de pensamento. Evidentemente não é possível afirmarmos que tal perspectiva seja comum a todas as formas clássicas de se fazer pesquisa, todavia é inegável que as disputas em jogo são balanceadas pelas produções discursivas e, certamente, encabeçadas pelas narrativas dos sujeitos que naquele momento detêm o poder da fala e da escrita.

Nesse sentido, mesmo não havendo mais o processo de colonização, a colonialidade persiste, ou, como bem situam Paim e Passos (2019), a colonização epistêmica se mantém, seja baseada na racionalidade técnica instrumental, seja pela subalternização de saberes milenares dos povos autóctones por aqueles descendentes dos colonizadores.

Por tal perspectiva, as disputas de poder e de saber entre áreas de conhecimento vão surgindo, sobretudo em virtude da emancipação de outros campos que tentam subverter os processos clássicos de estar e pesquisar com o outro, de tal modo que permanências e insurgências são constituintes nas pesquisas do campo da educação.

Desse modo, é possível observarmos na literatura certas desconstruções sobre a narrativa estabelecida como padrão ao tempo que outras perspectivas são inseridas nos enredos que constituem o processo epistemológico sobre o ato da pesquisa. É possível citarmos o campo da etnografia, que historicamente acompanhou os avanços da antropologia, que, quando surgiu como ciência no século XIX, foi pensada inicialmente para descrição e classificação dos modos e concepções de ser e viver de grupos entendidos naquele momento como sujeitos primitivos. Nesse momento histórico, o olhar etnográfico estava alinhado a uma concepção eurocêntrica, de tal forma que era possível se autodenominar civilizado e intitular o outro como selvagem. Isso nada mais é do que superioridade de cultura, entendendo a outra como marginal.

Na escala evolutiva, a antropologia vai se fragmentando em diferentes concepções, entre elas, o evolucionismo, culturalismo, funcionalismo e estruturalismo. Essas fragmentações consolidam rupturas internas dentro de campo científico a ponto de emergirem outros campos epistemológicos no sentido de se insurgir as vozes subalternas, caso das teorias contra-hegemônicas que acompanham a produção deste artigo (SANTOS, MEDEIROS, 2020).

Se na vertente clássica da etnografia, o olhar do pesquisador constitui a verdade sobre o que é observado, o contexto e os sujeitos, na etnografia, quando instituída numa perspectiva contra-hegemônica, o pesquisador e pesquisadora percebem que seu olhar não é neutro, mas permeado por vontades, desejos, intenções, questionamentos e convicções (KLEIN; DAMICO, 2012).

Nesse sentido, é imprescindível que, enquanto pesquisadores (as), estejamos sempre em processo de descolonização de nós mesmos (SANTOS; ALVES, 2017), sobretudo, nosso olhar e escuta, que são

produzidos em contexto moderno (euro/usa)cêntrico (WALSH, 2010). Isso é importante para não produzirmos fetiches e folclores acerca da cultura do outro, frente à sua diferença. Logo, realizar esforços de desconstrução sobre as próprias identidades e discursos, forjados e moldados por meio de uma visão (euro/usa) centrada, é pertinente aos (as) pesquisadores(as).

Apesar de muitas abordagens metodológicas tradicionais no campo educacional terem seus direcionamentos e achados conforme os requerimentos e as perspectivas do que venham a analisar, os avanços nos campos do conhecimento suscitam que outras abordagens também sejam possíveis, investigando e refletindo sobre assuntos que extrapolariam os limites metodológicos das pesquisas tradicionais nas ciências humanas (VARGAS et al. 2019).

Nesse caso, a proposta aqui apresentada busca dialogar com outras possibilidades para a produção de conhecimento, levando em consideração abordagens clássicas, sempre no intuito de ressignificação de tais abordagens e em constante alinhamento com a descolonização de nós mesmos.

Assim, a pesquisa ora apresentada é produzida por meio de estudos bibliográficos sobre a temática e de nossas experiências com grupos indígenas no estado de Rondônia, região Norte do Brasil. Propomos apresentar as articulações promovidas em nossas pesquisas de doutorado e nos colocamos no lugar de aprender a partir das percepções daquilo que produzimos e dos nossos olhares enquanto pesquisador e pesquisadora. Olhar para os escritos, as anotações, retomar a teoria, as concepções metodológicas. Uma autorreflexão que nos ressignifica e articula nossas identidades de pesquisador(a), professor(a) nesse processo constante de fazer pesquisa, de estar com (contextos, sujeitos).

Com esse entendimento em tela, lançamo-nos a esboçar possibilidades que podem auxiliar no campo teórico e, ao mesmo tempo, metodológico, para a construção de caminhos bricolados, ao fazermos pesquisa com grupos sociais e culturais, que, de certa forma, divergem do nosso modelo ocidental de sociedade.

Por meio de algumas pesquisas como as de Alves (2017), Alves (2018) e Santos (2020), com alguns grupos indígenas do estado de Rondônia, percebemos que, para, minimamente, percebermos outros modos de visualizar a pesquisa bem como nossas análises e não as tornar fixas, é necessário estarmos alinhados com campos conceituais contra-hegemônicos, podendo citar os estudos culturais; o Grupo Modernidade/Colonialidade; e a Teoria Pós-Colonial.

Além dos três campos conceituais mencionados, algumas experiências de pesquisa colaboraram para tensionarmos bem como ressignificarmos nossas práticas como docentes e pesquisadores(as) atravessados(as) pelo pensamento moderno/colonial. São essas tensões e desestabilizações contínuas que nos motivam a estar em processo de descolonização de nós mesmos e também cooperam para a escrita deste trabalho.

Partindo dessa ideia inicial, a seguir, apresentamos, de forma resumida, os campos conceituais, os Estudos Culturais; o Grupo Modernidade/Colonialidade e a Teoria Pós-Colonial e com eles vamos dialogando sobre como os mesmos nos atingem para pensarmos sobre o processo de pesquisar com grupos sociais distintos dos nossos, construindo outros caminhos, podendo pensar em caminhos bricolados.

Dialogando com os campos conceituais

Os conflitos, as tensões da pesquisa também são produzidos no interior das relações que estabelecemos com os sujeitos (seus contextos, seus significados, as representações que atribuem, seus olhares, suas identidades) e nós, com nossos modos de ser e estratégias metodológicas.

Os campos teóricos que caminham conosco em nossas pesquisas e leituras são importantes na medida em que problematizam os discursos construídos historicamente e possibilitam rupturas significativas frente às tradições do pensamento ocidental. Essas rupturas abrem um leque para questionamentos sobre conceitos postos e, com eles/para além deles, propõem outras maneiras e possibilidades de pensarmos/analísarmos os processos de dominação cultural, ou seja, como vias de mão única (SANTOS, 2020). Desse modo, são criadas estratégias no intuito de se descentralizar o poder de um cânone ocidental para outras epistemologias, ou, como escreve Santos (2010), as epistemologias do Sul. Passamos, agora, a dialogar sobre os campos conceituais.

O grupo Modernidade/Colonialidade – M/C – surgiu a partir do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos, com origem na linha teórico-política dos Estudos Culturais na América Latina (SANTOS; ALVES, 2019). É formado, em sua grande maioria, por intelectuais latino-americanos. A produção intelectual desse grupo colabora para percebermos como somos produzidos nessa relação de cultura, capitalismo, colonialidade, colonialismo, descolonialidade, euro/usacentrismo (WALSH, 2010), subjetividade, colonialidade do poder, interculturalidade, entre outros.

Seus estudos problematizam a estrutura de pensamento colonial/eurocêntrico que “[...] se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizados no mundo contemporâneo” (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 31).

Os estudos produzidos pelo grupo M/C nos ajudam a tensionar e perceber como algumas estratégias sutilmente vão sendo inseridas nas produções discursivas e constituindo a representação do outro na modernidade (ALVES, 2017). Logo, ao pesquisar e estar com o outro, precisamos estabelecer estratégias que blindam as produções discursivas historicamente inseridas em nossa sociedade (SANTOS, ALVES, 2019). A América Latina, por exemplo, berço colonial dos países europeus, foi forjada nessa ideia, ou seja, o que vinha da Europa era útil e adequado. Ao contrário, o que vinha dos sujeitos aqui presentes, caso do Brasil, os povos indígenas, eram saberes desconsiderados e até mesmo eram criados estereótipos sobre suas

culturas. Para conhecimento, vale citarmos seus rituais espirituais os quais a Igreja cristã julgava como pagãos e por isso deveriam ser evangelizados e catequisados.

A Teoria Pós-Colonial, por outro lado, nos ensina que é necessário problematizarmos os cânones produzidos no pensamento ocidental. Esse movimento pós-colonial busca (re)pensar a sociedade, colocando em xeque os cânones produzidos no pensamento ocidental, ao mesmo tempo em que propõe e discute a autonomia do subalterno de se representar e falar (SPIVAK, 2010).

Said (2011) escreve que é necessário se ressignificar a condição de silêncio e promover condições para a subalternidade falar. Ainda, conforme esse autor, faz-se necessário criticar a hegemonia ocidental e seus imperialismos culturais. Alinhado com esse campo teórico e articulado com nossas pesquisas, é possível visualizarmos bem como colocarmos em prática táticas, no intuito de trazermos à tona as histórias dos subalternos, colaborando para a construção de novas historiografias.

Em outras palavras, novas historiografias são essas epistemologias do Norte, que produzem saberes suficientes habilitados para se lidar e solucionar questões cotidianas de seus grupos sociais. Neste caso, os campos modernidade/colonialidade e a Teoria Pós-Colonial objetivam a desconstrução de discursos coloniais/euro/usacêntrico. A partir desse entendimento, é possível citarmos o trabalho de Santos (2020) quando, em sua pesquisa com o grupo indígena Tupari, no estado de Rondônia, expõe a história do grupo por eles mesmos, ou seja, a história dos Tupari narrada pelos próprios Tupari. Tal perspectiva de pesquisa se mostra com potencialidade de apresentar os fatos pela ótica do indígena; “[...] em outras palavras, é a possibilidade de confrontar os escritos redigidos por pessoas não indígenas” (SANTOS, 2020, p. 102).

Outro campo contra-hegemônico trata-se dos Estudos Culturais. Tal campo não se constitui enquanto teoria fixa e rígida, ao contrário, é capaz de articular, de transgredir, de subverter. Ressaltamos que os Estudos Culturais, mesmo sendo um campo plural em que múltiplas vertentes e disputas são constitutivas, isso não significa que este campo não possa estabelecer suas especificidades.

De acordo com Nelson, Treichler e Grossberg (1995, p. 08), algumas categorias de pesquisa podem ser exploradas, por exemplo, “[...] gênero e sexualidade, nacionalidade e identidade nacional, colonialismo e pós-colonialismo, raça e etnia, cultura popular, ciência e ecologia, política de identidade, pedagogia, política da estética, instituições culturais [...]”, entre outros.

Esses autores ainda mencionam que os Estudos Culturais não são apenas interdisciplinares, são também antidisciplinares. Ao nos interessarmos e aproveitarmos outros campos para a produção de conhecimento, é aberto um leque de possibilidades para outras discussões e até mesmo para pensarmos sobre como produzir dados para uma pesquisa sem silenciarmos e asfixiarmos as diferenças. Conforme Hall (2003) nos ensina, tal campo de estudo não tem como objetivo romper com outras epistemologias, muito pelo contrário, visa ao diálogo no sentido de que toda forma de conhecimento é válida.

Hall (2003) assegura que o diálogo entre as formas de conhecimento pode possibilitar rupturas, deslocamentos nas próprias formas de pensarmos o conhecimento, o que, sucessivamente, provoca deslocamentos no que se refere às formas de vermos o outro. Nesse sentido, entendemos que os Estudos Culturais são flexíveis, articuladores de ideias e conceitos, cuja intenção reside em problematizar os sujeitos e suas multiplicidades. Os Estudos Culturais transitam e se constroem por meio de novas discussões sobre uma ou mais temáticas de pesquisa (WORTMANN, 2007).

Corroborando esse entendimento, Hall (2003) lança mão de um termo importante para essa discussão. Trata-se do conceito de articulação:

Pelo termo ‘articulação’, quero dizer que uma conexão ou vínculo que não é necessariamente dado em todos os casos como lei ou fato da vida, mas algo que requer condições particulares para sua emergência, algo que deve ser positivamente sustentado por processos específicos, que não é ‘eterno’, mas que se renova constantemente, que pode, sob certas circunstâncias, desaparecer ou ser derrubado, levando à dissolução de antigos vínculos e a novas conexões – rearticulações (HALL, 2003, p. 196).

O conceito que Hall (2003) nos apresenta é percebido como uma possibilidade de articularmos os campos teóricos tendo em vista a necessidade de contrapormos cenários que subalternizam sujeitos, grupos sociais e culturais, que, de certa forma, divergem do nosso modelo ocidental de sociedade. Articular, nesse caso, potencializa a pesquisa acadêmica em termos conceituais e ao mesmo tempo oportuniza aos pesquisadores seguirem caminhos até então forjados na neutralidade, fixidez e outros conceitos que se fazem presentes em pesquisas clássicas. É importante ressaltarmos que utilizamos recursos clássicos, todavia buscamos a ressignificação dos mesmos, bem como é proposto esboçarmos outros olhares a partir das narrativas dos sujeitos, de nossas anotações, observações e das imagens, se for o caso, utilizadas para a pesquisa.

Quanto às metodologias, entendemos que o conceito de bricolagem nos ajuda a pensar e produzir a pesquisa de forma coerente com o contexto. Entendemos bricolagem

[...] como sendo rasuras metodológicas que me permitiram desviar de caminhos fixos e ampliar a possibilidade de pesquisar ao estar com o outro, ao ponto de ser um lugar de reflexão, de problematização, de inferir novas possibilidades, novos olhares a me ver e olhares outros (SANTOS, 2020, p. 39).

Conforme Santos (2020), pesquisar é estar em um espaço fronteiro e ambivalente. Pesquisar também é perceber as identidades, diferenças e que há outros sujeitos, outras pedagogias. É também partir de um campo conceitual, pelo qual, por meio de alguns procedimentos de investigação e de análise, possamos produzir dados coerentes com o campo de investigação.

Bricolagem e experiência no campo da pesquisa

Estabelecer bricolagem enquanto processo de pesquisa trata-se de subverter o caráter conclusivo do ato empírico, estando-se atento às “[...] várias dinâmicas que moldam o que se chama de conhecimento

empírico” (KINCHELOE; BERRY, 2007, p. 23). É necessário nos deslocarmos de uma margem para outra, estando vigilantes aos processos homogeneizantes que podem ressaltar as concepções binárias e fixas.

Por outro lado, “[...] a experiência é um espaço intersticial onde ocorre encontros, desencontros, onde nos desfazemos, refazemos, nos fazemos,[sic} onde somos sujeitos que produzem e somos produzidos nas relações que estabelecemos com o outro” (ALVES, 2017, p. 50).

A experiência nos toca, atravessa-nos, um acontecimento passa. Mas supõe também “[...] que algo me passa. Não que passe ante mim, ou frente a mim, mas a mim, quer dizer, em mim. A experiência supõe um acontecimento exterior a mim. Mas o lugar da experiência sou eu” (LARROSA, 2011, p. 6).

Aprofundando o entendimento sobre a ato da experiência, Larrosa (2002, p. 25) nos ensina que

[...] o importante não é nem a posição (nossa maneira de pormos), nem a “oposição” (nossa maneira de opormos), nem a “imposição” (nossa maneira de impormos), nem a “proposição” (nossa maneira de propormos), mas a “exposição”, nossa maneira de “ex-pormos”, com tudo o que isso tem de vulnerabilidade e de risco. Por isso é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe”. É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre.

Se o ato de pesquisar não nos tocar minimamente para afetar nosso entendimento sobre o outro, suas identidades, suas diferenças, seus saberes, suas cosmologias, seus modos de ser e de viver, entendemos que não haverá experiência necessária para produzirmos pesquisas que levem em consideração os sujeitos que colaboram conosco, ou seja, o entendimento pode incidir em análises de perfil moderno/colonial, colaborando, assim, para práticas homogêneas de se ver e perceber o outro.

Por isso, ao utilizarmos campos conceituais contra-hegemônicos para estarem conosco em nossas pesquisas, entendemos a necessidade de ressignificarmos os modos de se fazer e se pensar a ato de pesquisa, uma vez que pesquisar, além de ser um ato político, deve ser um ato ético, de respeito às diferenças, de olhar o outro sem a intenção de marginalizar e, principalmente, de perceber que, se há em jogo verdades conclusivas, é necessário estarmos alinhados com teorias que descortinam os encobrimentos coloniais e neoliberais (SANTOS, 2020).

Conforme escreve Alves (2017, p. 52), “[...] a experiência é contingencial, movediça. A experiência é acontecimento entre sujeitos, contextos, lugares, culturas, pensamentos. A experiência é um caminho com idas e vindas, retornos. A experiência demanda sensibilidade”.

O ato de brincar, alinhado com o experienciar, torna-se um lugar de reflexão, de problematização, de novas possibilidades, de novos olhares e olhares outros. Por isso, é possível pensarmos a bricolagem enquanto rasuras metodológicas que nos permitiram desviar de caminhos fixos, de olhares naturalizados, cristalizados sobre os sujeitos que pesquisamos e com quem pesquisamos. “Articular saberes e brincar metodologias” (PARAISO, 2012, p. 33) nos permite perceber as barreiras de nossas opções iniciais pré-

estabelecidas para produzirmos dados como estratégias, como possibilidades de novos procedimentos metodológicos.

A bricolagem exige de nós, pesquisadores e pesquisadoras, desterritorializarmos de nós mesmos para reconstruirmos novos territórios (PARAISO, 2012), inventarmos novas possibilidades sem abandonarmos a nós mesmos. Nesse pensamento, podemos acrescentar que bricolagem metodológica exige a descolonização de nós mesmos. De acordo com Santos e Alves (2017, p. 03), “[...] é preciso a ‘descolonização de nós mesmos’ a fim de não cair da armadilha da essencialidade e, por meio dela, produzir pesquisas binárias, fixas, retratadas em moldes e técnicas que podem sugerir um resultado que, talvez, não seja condizente com a realidade”.

Experienciar e bricolagem nos faz estar nas fronteiras. Bhabha (2014, p. 24) nos ensina que a “[...] fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente [...] ponte que reúne enquanto passagem que atravessa”. Essa fronteira funciona como uma ligação cultural que reúne lados diferentes. Ou seja, é um espaço que separa ao mesmo tempo em que liga. Friedman (2001, p. 09) escreve que “[...] as fronteiras são uma zona de contacto onde convergem diferenças fluidas, onde o poder circula de formas complexas e multidireccionais, onde a capacidade de acção existe de ambos os lados desse fosso permanentemente mutável e permeável”.

Pesquisar é uma aventura, devemos estar atentos às nossas intuições, inquietações, “[...] pistas, suspeitas e dúvidas merecem ser objeto de atenção, e não deveriam ser descartadas sem antes perscrutar cuidadosamente várias possibilidades de conectá-las com aquilo que se deseja pesquisar” (COSTA, 2007, p. 147).

Ao longo de nossas pesquisas de campo, o processo de pesquisar foi se tornando um processo de criação, de reinvenção, de rigorosidade. A bricolagem converteu-se em uma arena de significados, expressão utilizada por Silveira (2007).

A bricolagem exige de nós a produção de informações por meio de diferentes procedimentos metodológicos. Podemos destacar o caso da etnografia em uma perspectiva pós, a cartografia, os desenhos, as fotografias, as brincadeiras, as entrevistas, os grupos de conversa, as circularidades, os distanciamentos. Ao final, é necessário remontarmos, refazermos as leituras dos campos conceituais, discutirmos e problematizarmos suas articulações, aproximações e distanciamentos, bricolarmos, inclusive, os resultados produzidos (ALVES, 2017).

Partindo desse entendimento, a seguir, trazemos alguns procedimentos metodológicos que fizemos e fazem parte de nosso itinerário enquanto pesquisador e pesquisadora, alinhados com campos conceituais que descortinam os encobrimentos coloniais/modernos.

Caminhos metodológicos e pesquisa de campo: outros olhares para velhos desafios

Os caminhos que nos guiaram e que guiam nossas pesquisas estão ligados aos modelos clássicos difundidos no campo da pesquisa em educação, entre eles, a etnografia, entrevistas, observação, diário de campo, fotografias, cartografia, desenhos e brincadeiras. Logo, não se trata de desqualificarmos as metodologias clássicas ou mesmo criarmos novas metodologias, mas, com essas, repensarmos nossos itinerários de pesquisador e pesquisadora, sempre levando em consideração os aspectos formativos que nos guiam, ou seja, estarmos com elas e pensarmos para além delas.

Todas essas possibilidades metodológicas tendem a colaborar para que nós pesquisadores (as) possamos realizar e produzir dados para nossas pesquisas de forma mais coerente, respeitando os espaços dos quais estamos participando e dialogando com a diferença dos colaboradores participantes da pesquisa. O conceito de diferença e o termo diálogo são duas palavras chave para qualquer pesquisador (a) que tenha a intenção de realizar pesquisas na área da educação, pois o recorte que fazemos dos espaços e sujeitos podem ou não traçar caminhos outros para a pesquisa. Queremos dizer com isso que o campo da pesquisa nos leva para outros lugares, outras ideias, outras compreensões. Logo, não esperamos que a pesquisa seja moldada por nós, ao contrário, o campo empírico e teórico nos faz nos adaptarmos à realidade e, por si só, (re)contextualiza e ressignifica o ato de pesquisar.

Nesse sentido, vamos dialogar com alguns procedimentos que compõem o trajeto de pesquisa, dando destaque à etnografia, observação, entrevista e fotografias.

Santos (2020) salienta que a etnografia historicamente acompanhou os processos epistemológicos da antropologia, surgindo como ciência no século XIX, preocupada, inicialmente, em descrever e classificar os modos e concepções de ser e viver de grupos entendidos naquele momento como sujeitos primitivos. A etnografia clássica centraliza suas ações nas observações etnográficas. Busca “compreender o que de fato seus membros precisam saber, fazer, prever e interpretar a fim de participar na construção dos eventos em andamento da vida que acontece dentro do grupo social estudado por meio da qual o conhecimento cultural se desenvolve” (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005, p. 18).

A etnografia, como outros métodos de pesquisa, vai sendo influenciada e atravessada por outros modos de operacionalização ou, em outras palavras, outros modos de se visualizar e estar com os sujeitos em uma pesquisa de campo, por exemplo.

A distância entre uma etnografia clássica e outra pensada do ponto de vista ‘pós’ justifica-se por não conseguir antever o que será encontrado no contexto da pesquisa e em estabelecer os procedimentos metodológicos de forma concisa, fixa, imóvel. Assim, tal posicionamento não fixa, ao contrário, ajuda-nos a identificar manifestações que ainda não foram percebidas. Nesse entendimento, “[...] não basta apenas observar, mas se afetar por aquilo que se observa, experiência e vivência com os sujeitos e contextos seus modos de ser, de se organizar” (ALVES, 2017, p. 61).

Realizar uma pesquisa inspirada nos princípios etnográficos requer, em seu percurso, “tempo, investimento, olhar mais e mais [...] um caminho no qual o próprio ato de olhar transforma quem vê o que vê [...] o pesquisador/a é também trabalhado, na medida em que é interpelado, transformado, desfeito, reconfigurado” (BALESTRIN; SOARES, 2012, p. 89).

Ao estarmos em campo, devemos nos despir, colocar-nos, nos posicionarmos no jogo da experimentação. Para experimentarmos, é necessário deixarmos o método, a explicação e a interpretação desamparados para que, no ato de produzir os dados, possamos acolher os afetos, pois, para experimentarmos, não basta apenas nos entregar à experiência, é mister construirmos um modo de permanecermos no processo, na pesquisa, que nos solicita intervenção, ou melhor, intervenções (LAZZAROTTO, 2012). Segundo o autor, devemos estar atentos às relações que se estabelecem no contexto entre os sujeitos, entre você e a pesquisa. Devemos constantemente nos questionar: como essas relações, como o tempo que dedicamos à pesquisa afetam nosso modo de pesquisar?

Alves (2017, p. 62) escreve que

[...] produzir dados demanda sempre relações, infinitas formas de se relacionar. Produzir dados demanda atravessamentos de saberes, de sujeitos, de olhares. Produzir dados é criação, recriação, movimentos inconclusos. Produzir dados demanda um diálogo constante entre sujeitos-pesquisa-pesquisador(a). Produzir dados demanda do pesquisador(a) se reinventar, criar desvios, perceber os desvios, desconfiar dos desvios. Produzir dados que se insere no jogo da diferença.

E é sobre essa produção de dados que devemos estar conscientes do nosso papel enquanto pesquisadores e pesquisadoras, principalmente ao ato de descolonização de nós mesmos. Descolonizar-nos colabora para a criação de rupturas sobre os modos tradicionais de fazermos pesquisa bem como possibilita a abertura de outras possibilidades para visualizarmos e traçarmos caminhos híbridos. Tal ideia não busca indicar que o (a) pesquisador (a) não deva ter uma concepção teórica/metodológica formada, uma vez que retratar fragmentos de uma cultura que não é a nossa demanda certo rigor metodológico/teórico.

Entendemos que estar e trabalhar com procedimentos metodológicos clássicos é importante, todavia exige de nós uma ressignificação, ou seja, podemos utilizar os ensinamentos da etnografia em nossa pesquisa com outros olhares, com outras percepções de mundo e do contexto em que estamos inseridos? Por isso a validade da descolonização é importante na medida em que nos propomos a dialogar e inferir análises de outros sujeitos, de suas narrativas, de suas cosmologias, enfim, de suas subjetividades.

Com a prerrogativa da etnografia, a observação se faz importante em nossos trabalhos de campo. De acordo com Vianna (2003, p. 55), a observação possibilita “[...] obter[mos] as percepções das pessoas e expressões por intermédio de sentimentos, pensamentos e crenças [...] a fim de poder[mos] registrar [...] os elementos levantados e poder[mos] interagir com os indivíduos”. É necessário destacarmos que nossas observações devem ser marcadas por um processo contínuo de rasura. O ritual da observação caminha com o que vimos dialogando sobre a necessidade de nos vigiarmos perante as situações de campo. Por isso, é

importante observamos as situações ocorridas em uma pesquisa etnográfica com um olhar sensível e estarmos abertos para experiências que nos tocam enquanto ser humano e pesquisador (a).

Alinhado com a etnografia e a observação, o diário de campo é fundamental. Com base na pesquisa de Alves (2017), podemos definir alguns pontos importantes: diário de campo como proposta de rememoração; mecanismo para registrarmos as vivências e experiências; mecanismo de reflexão; ressignificação das interações produzidas nas relações estabelecidas na comunidade indígena. Além desses pontos mencionados, é possível articularmos o diário de campo ao campo teórico, buscando reinterpretar aquilo que nos escapa, ampliar as interpretações sobre determinados acontecimentos, perceber que nossa memória nem sempre dá conta de lembrar de todos os fatos, por isso a importância da anotação.

Podemos tratar o diário de campo de forma invertida. Conforme Alves (2017), a fotografia é uma excelente estratégia. Ela conceitua o emprego dela como um diário de campo invertido. Em seu trabalho com crianças indígenas, propôs, às crianças, uma atividade de pesquisa com a utilização de fotografias. Aquelas circulariam no espaço da aldeia com duas máquinas fotográficas e registrariam tudo aquilo que entendiam fazer parte do movimento indígena, pois se tratava de um dos objetivos de seu trabalho. Houve total liberdade para as crianças tirarem suas fotos e decidirem para onde as levarem.

Após alguns dias, essa pesquisadora se reuniu com as crianças e passou a dialogar com as mesmas sobre as representações e significados que atribuíram às fotografias registradas bem como à escolha pela foto registrada. A fotografia funciona, por sua vez, como mecanismo que, “além de compor parte do texto reconstruindo o próprio olhar do investigador, apresentando-se como outras possibilidades de escrita – outros textos – da realidade estruturada” (MARTINS-FILHO; PRADO, 2011, p. 98).

Entendemos que a fotografia pode servir como constituição e (re)constituição dos acontecimentos que permeiam o pesquisar e possibilita, nesse sentido, visualizarmos outras nuances no contexto do campo empírico. Santos (2020), em sua pesquisa, percebeu que a fotografia funcionou a partir de dois fundamentos. O primeiro tem validade ao tratar a fotografia como uma possibilidade de exposição das experiências vivenciadas no campo empírico, situando o leitor. Já o segundo tem vínculo com a produção e análise dos dados.

Concordamos com Schwengber (2012, p. 265) ao escrever que a imagem é um “[...] produto e produtora do cotidiano contemporâneo, presente no contexto comunicativo pós-moderno, por isso a considero como um importante corpus de pesquisa no campo educacional. As imagens formam e informam”. De fato, as imagens (fotografias) formam, principalmente ao (à) pesquisador (a), um processo de constituição de seu trabalho e também ao leitor que o visualiza, sendo possível a percepção de outros fatos sobre a imagem.

As fotografias informam, na medida em que formam, e formam à proporção que informam. Por isso, as fotografias capturadas, ao nosso ver, devem produzir novos olhares sobre a temática discutida e

permitirem, ao(à) pesquisador(a), revisar, recontar as narrativas, perceber os posicionamentos dos sujeitos participantes da pesquisa, retomar discussões que nas observações, nos diálogos, nas participações cotidianas não o(a) tocaram.

Seguindo com essa discussão, a entrevista é outro procedimento interessante para a pesquisa de um modo geral, tendo em vista sua versatilidade. Aqui, nós a tratamos como uma possibilidade de conhecermos as histórias de vida dos sujeitos pesquisados além de nos ajudar a entender os processos sociais nos quais a pesquisa se constrói. Entendemos que a entrevista pode ser utilizada como uma possibilidade de criarmos vínculos para além da pesquisa, laços de amizade e de confiança. Por isso, em nossas pesquisas, as entrevistas não são tratadas ao modo convencional, ou seja, utilizando um gravador, realizando perguntas e aguardando respostas. É evidente que utilizamos o gravador, todavia este instrumento tecnológico não pode ser usado apenas para a obtenção de dados e posteriormente para a realização de certa transcrição.

Por isso, concordamos com Silveira (2007, p. 118), quando escreve que devemos

[...] olhar as entrevistas como eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escuta e análise.

Para conseguirmos realizar uma entrevista e posteriormente sua análise, alinhada com campos contra-hegemônicos, laçamos mão do conceito de Andrade (2012) ao trabalhar com a entrevista narrativa ressignificada, tendo em vista que o processo metodológico é a própria compreensão de si, uma vez que permite “[...] a compreensão de que cada pesquisador/a, na relação com o/a outro/a, ressignifica o fazer metodológico em sua trajetória pessoal de investigação” (ANDRADE, 2012, p. 174). Esse tipo de entrevista possibilita, ao sujeito participante da pesquisa, narrar fatos, situações e acontecimentos que o tocaram, que têm e fazem sentido para ele.

Desse modo, as “[...] narrativas não constituem o passado em si, mas sim aquilo que os/as pesquisadores/colaboradores continuamente (re) constroem desse passado, como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias” (ANDRADE, 2012, p. 176) de vida pessoal e profissional. E “[...] essa perspectiva exige, enfim, que se dê conta de uma exploração minuciosa dos textos das narrativas, buscando visibilizar as coisas ditas e não ditas, mas que se encontram implícitas em tais narrativas” (ANDRADE, 2012, p. 179).

Assim, é importante que reconheçamos nossa posição enquanto sujeitos pesquisadores (as) e compreendemos que todas as nossas ações interferem nas posições dos entrevistados, sendo possível afirmarmos que, em todo esse processo, há jogos de poder entre quem pesquisa e quem é pesquisado. “Por isso, a validade de sempre estar numa posição cambiante a fim de não fixar as narrativas dos entrevistados” (SANTOS, 2020, p. 30).

Esses caminhos metodológicos apresentados, cada um à sua maneira, colaboram para as pesquisas no campo da educação, e seus modos de execução são direcionados a partir do campo teórico escolhido.

No nosso caso, acreditamos que tais caminhos devem ser ressignificados ao longo da pesquisa, pois o ato de pesquisar com grupos sociais distintos do nosso é cambiante e necessita cada vez mais de sensibilidade e de estarmos disponíveis para escutarmos o outro, sem uma pretensão fixa de conseguirmos dados para o trabalho realizado.

Considerações finais

Bricolar os caminhos metodológicos não pode significar um ‘mix’ de procedimentos e considerá-los suficientes para sua realização. Ao contrário, devemos estar vigilantes sobre nossas ações e práticas ao estarmos com o outro, sujeito participante da pesquisa, no contexto empírico, sobretudo ao realizarmos as análises. A bricolagem pode colaborar com a transição de conceitos, tendo em vista a amplitude que diferentes campos teóricos podem trazer para a riqueza de nossos trabalhos. O processo de vigilância epistemológica possibilita, a nós pesquisadores (as), uma submersão nas teorias de forma a ‘cuidar’ de conceitos que possam ser antagônicos. Logo, é imprescindível que o(a) pesquisador(a), ao bricolar metodologias e articular campos teóricos, compreenda suas raízes epistemológicas bem como as discussões tratadas por tais campos conceituais.

Nesse sentido, independente das bricolagens realizadas ao fazermos uma pesquisa acadêmica, é sempre importante nos atermos à necessidade de não asfixiarmos a diferença, como bem escrevem Backes e Nascimento (2011). Por isso, devíamos nos lançar à descolonização de nós mesmos e à construção de caminhos bricolados. Logo, consideramos imprescindível que o (a) pesquisador (a) trace caminhos descolonizados para não produzir fetiches sobre a cultura do outro, produzidos com suas próprias epistemologias e formas de entender o mundo.

O ato de pesquisar, além de ser político, deve respeitar as diferenças e olhar o outro sem a intenção de marginalizar. Por isso, como escrevem Santos e Medeiros (2020), é importante estarmos alinhados às teorias que descortinam os encobrimentos coloniais, pesquisando e produzindo conhecimento científico com ‘rigor’, sem estarmos cometendo violência epistêmica.

Referências

ALVES, Rozane Alonso. **YA KA NA ĀRA WANĀ, movimento indígena e a produção das identidades das crianças Arara-Karo (Pay Gap/RO)**. Orientadora: Adir Casaro Nascimento. 2017. 213p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

ALVES, Maria Isabel Alonso. **Narrativas de professoras indígenas Arara (Karo Tap) de Rondônia: identidades entre experiências formativas não escolares e escolares**. Orientador: Heitor Queiroz de Medeiros. 2018. 195p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

ANDRADE, Sandra dos Santos Andrade. Entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, MarLucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012.

- BACKES, José Licínio; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão**: um exercício cotidiano e decolonial. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 31, p. 25-34, jan./jun. 2011.
- BALESTRIN, Parícia Abel; SOARES, Rosângela. Etnografia em tela: uma aposta metodológica. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; MEYER, Dagmar Esterman (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.
- COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa – ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modelos de fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**. Bogotá: Colombia, n.1, enero-diciembre, 2003.
- FRIEDMAN, Susan Stanford. O Falar da fronteira: hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. **Crítica das Ciências Sociais**. N. 61, p. 05- 28, 2001.
- GREEN, Judith; DIXON, Carol; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, n. 42, p. 13-79, dez. 2005
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.15-46, jul./dez.1997.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KINCHELOE, Joe; BERRY, Kathleen. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- LARROSA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v.19, abr. 2002.
- LARROSA, Jorge Larrosa. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.04-27, jul./dez. 2011.
- KLEIN, Carin. DAMICO, José. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas. In: MEYER, D.E.; PARAÍSO, M. A. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2012.
- MARTINS-FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias. **Das pesquisas com crianças: complexidades da infância**. São Paulo: Autores Associados, 2011.
- NELSON, Cary; TREICHLER, Paula.; GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- PAIM, Elison Antonio; DOS PASSOS, Joana Célia. Apresentação. **Perspectiva**, v. 37, n. 2, p. 350–358, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/65944>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Revista Pólis**. n. 31, 2012.
- SANTOS, Jonatha Daniel dos; ALVES, Rozane Alonso. Das possibilidades do pesquisar em contextos indígenas de Rondônia. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 17, n. 33, p. 71-90, maio/ago. 2017.
- SANTOS, Jonatha Daniel dos; ALVES, Rozane Alonso. A fabricação de resistências no cenário pós-colonial: entre subalternização e subversão. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 125-142, jan./jun. 2019.

SANTOS, Jonatha Daniel dos; MEDEIROS, Heitor Queiroz. Procedimentos metodológicos e pesquisa de campo: transitando por caminhos bricolados na pesquisa com povos indígenas. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.22, n. 22, p. 609-636, 2020.

SANTOS, Jonatha Daniel dos. **Saberes matemáticos indígenas e não indígenas que circulam e se articulam no contexto da etnia Tupari no estado de Rondônia**. Orientador: Heitor Queiroz de Medeiros 2020. 183p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. O uso das imagens como recurso metodológico. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves (Orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pesquisar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goullart Almeida; Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VARGAS, V.; DUARTE, K.; BUSSOLETTI, D.; VIEIRA, D.; GAUDENZI, M. Outra metodologia para as pesquisas em ciências humanas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, América do Norte, 1613 06 2019.

WALSH, Catharine. Estudios (inter)culturales en clave de-colonial. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, n.12, p. 209-227, Enero-Junio, 2010.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises culturais: um modo de lidar com histórias que interessam a educação. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis; Vozes, 2012.